



## **A CIDADE E A SUSTENTABILIDADE: os critérios indicativos de uma cidade verde e sustentável**

### **Autores:**

LETICIA DE SOUZA BARROSO - leticiabarroso@gmail.com

### **Resumo:**

O presente trabalho tem, como fio condutor, o tema sustentabilidade. Para tanto, visando investigar o conceito de sustentabilidade, elegemos o município de Sorocaba, cidade situada no interior do Estado de São Paulo, premiada em diversas categorias e que foi considerada uma das melhores cidades do Brasil. A hipótese inicial é que a elevação da cidade à categoria de cidade sustentável não expressa o que a população local entende por sustentabilidade. Buscamos identificar os indicadores e/ou temas que contribuíram para essas premiações e o seu reflexo na cidade e, de forma complementar, a percepção dos moradores a respeito dos assuntos abordados e seus posicionamentos sobre o que é uma cidade sustentável. O trabalho concluído apresenta resultados que confirmam a hipótese inicial, revelando, ainda, outros aspectos que merecem ser incorporados para se aferir uma cidade sustentável. Apresenta, ainda, diretrizes que devem guiar o planejamento ambiental com vistas à sustentabilidade.

## **A CIDADE E A SUSTENTABILIDADE: os critérios indicativos de uma cidade verde e sustentável**

### **INTRODUÇÃO**

Desde a década de 1970, o debate sobre o binômio meio ambiente e crescimento econômico vem abordando, por meio de movimentos internacionais, uma equalização no sentido de estabelecer, em princípio, uma harmonia entre eles. Antes mesmo, mais especificamente na década de 1960, os movimentos ambientais se apresentavam como um movimento político com propostas de um outro estilo de vida, ou seja, de uma mudança cultural. Isso implicava se ater a outros valores, outra relação do homem com a natureza e dos homens entre si. Mesmo que a Conferência de Estocolmo tenha contribuído para que os países se estruturassem para o enfrentamento da crise ecológica, os resultados alcançados foram pouco significativos face à contínua degradação ambiental.

Assim, em dezembro de 1983, o secretário geral das Nações Unidas apresentou a necessidade de levantar os reais problemas do mundo relacionados à crise ambiental e ao desenvolvimento. Para tanto, Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega, foi convidada a coordenar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>1</sup>, que produziu o “Relatório Brundtland”, publicado em 1987 e também conhecido como “Nosso Futuro Comum”.

Nesse relatório, foi lançado o conceito do Desenvolvimento Sustentável, como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades. (CMMAD, 1991, p. 46). Nota-se que o desenvolvimento sustentável se ancora no mito das necessidades, o que nos leva a pensar que o meio ambiente deve ser utilizado para a satisfação das necessidades

---

<sup>1</sup> Formado por representantes de diversos países, o relatório reúne informações levantadas ao longo de três anos, com análises e pesquisas visando apresentar diagnóstico, propostas de cooperação e formas de recuperação do planeta.

humanas (ILLICH, 2000). Assim, entende-se que o conceito apresentado no relatório sustenta que as bases de produção e reprodução da vida do homem atual deverão garantir igualmente que as futuras gerações, de forma satisfatória, desfrutem dos mesmos recursos de que dispomos atualmente.

Ao se definir o desenvolvimento sustentável utilizou-se o termo “necessidade” para as pessoas do presente e para as gerações futuras. Portanto, há de se considerar que há diferenças culturais entre as nações e que as necessidades são construídas socialmente. Nesse sentido, cabe perguntar quais seriam as necessidades das gerações futuras.

No entanto, esse norte intergeracional, conforme alerta Acsehrad (2004) não considerou a diversidade social no interior do futuro e do próprio presente. O autor chama atenção para uma das definições do Banco Mundial em relação ao desenvolvimento, quando afirma que deverá estabelecer “iguais condições de acesso aos recursos naturais às diferentes gerações”. O autor firma, ainda, que a meta desse desenvolvimento seria alcançar um crescimento renovável, além de conservar recursos e imprimir mudança técnica. Se o desenvolvimento sustentável definido no Relatório Brundtland apontou que o crescimento econômico deverá ser regulado pelo mercado, Sachs (2004) advertiu que o mercado é incapaz disso, pois tem uma visão míope para lidar com essa missão.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontou, em 2002, que os rendimentos de 1% das pessoas mais ricas do mundo são compatíveis àqueles de 57% da população mais pobre. Esses dados revelam a diferença na concentração de renda entre ricos e pobres, o que reflete diretamente no acesso ao consumo e a serviços elementares ao ser humano.

Como resposta à redução da pobreza, o Relatório “Nosso Futuro Comum” apontou o crescimento econômico como uma via capaz de dar conta deste problema. Essa postura inibe o debate e escamoteia a crítica ao modelo de desenvolvimento. Nesse relatório, encontra-se a seguinte assertiva:

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros. (CMMAD, 1991, p.47)

Mas o crescimento dialoga com a lógica do consumo e emerge com o sentido de prosperidade.

Para tanto, é fundamental produzir indefinidamente bens, que se configuram como novos desejos, novas necessidades para aumentar o consumo. Uma efetiva mudança de princípios e objetivos seria inevitável para que o desenvolvimento sustentável se colocasse frente aos processos danosos que se efetivam nesta lógica, pois, conforme esclarece Resende (2013, p. 24),

Se formos necessariamente obrigados a crescer para melhorar a qualidade de vida, estaremos diante de um impasse, pois é evidente que não será mais possível crescer, enriquecer e sobretudo consumir, nos padrões de hoje, por muito mais tempo, sem esbarrar nos limites físicos do meio ambiente. Será preciso encontrar outra forma de continuar com a melhora progressiva da qualidade de vida que não dependa do crescimento.

Resende aponta que só o fato de aumentar os níveis de renda, ou seja, elevar a renda, nem sempre significa mais bem-estar. O que é necessário para se obter a qualidade de vida é diminuir a desigualdade social, uma vez que “A melhor distribuição de renda é o fator determinante da melhora da qualidade de vida, do bem-estar, da felicidade de um país” (RESENDE, 2013, p. 28).

Diante desses desafios, em nome de uma cidade sustentável, projetos vêm sendo celebrados com a finalidade de superar o caos gerado pelo modelo de crescimento econômico, que deverá ser revisto, conforme enfatiza Gilding (2014, p. 79), ao enunciar que “em algum momento teremos que enfrentar a realidade de que vivemos num mundo finito.”

Mas o que torna uma cidade sustentável? Segundo Acselrad (2001, p.49) “a noção de cidade sustentável instaura uma nova cena de enunciação, em que uma trama de múltiplos personagens e falas entrecruzadas reelabora as representações da cidade.” Se, na década de 1960, as reflexões foram voltadas para pensar o impacto da urbanização, na década de 1970, a dimensão ambiental se apresentou como uma possibilidade de minimizar o impacto no ambiente urbano.

Pensar cidades sustentáveis implica inserir questões ambientais, mas também incorporar as dimensões sociais, econômicas e culturais que vêm se consolidando por meio de princípios, métodos e ações. Então, quais seriam os caminhos a seguir, as prioridades? O fracasso das últimas tentativas de planos urbanísticos em organizar as cidades é patente, uma vez que esses projetos têm se revelado distantes do entendimento da complexidade atual das cidades.

Assim, para buscar a sustentabilidade da cidade, deve-se ater a dois importantes elementos: a justiça ambiental e a resiliência. O primeiro remete à reflexão sobre a apropriação dos recursos ambientais e o modo de organização do espaço, na produção e reprodução da sociedade. A abordagem da justiça ambiental de Acsegrad (2004) implica contrapor entre interesses, típicos de abordagens tecnocráticas e economicistas. Cabe destacar que os danos ambientais atingem, na maioria das vezes, as populações mais vulneráveis, ou seja, enquanto algumas pessoas ganham com a degradação, outras são oneradas com os custos ambientais.

A Resiliência introduz uma nova abordagem para se lidar com a gestão das cidades e a fim de mantê-las em um estado contrário ao da vulnerabilidade. Isso significa desenvolver capacidades adaptativas das cidades a eventos adversos e a ameaças naturais. As condições de vulnerabilidade frente à ameaça de desastres – tais como, chuvas, terremotos, secas, deslizamentos, entre outros – devem ser respaldadas pela capacidade de respostas tomadas pelo poder público, pela população e por outros organismos. Para tanto, ao identificar as ameaças e os perigos, é necessário pensar ações de adaptação.

Tornar-se resiliente impõe conhecer, com profundidade, a dimensão dos riscos, as vulnerabilidades dos sistemas e promover a gestão dos possíveis desastres. Vulnerabilidade, nesse sentido, é compreendida como uma forma de fragilidade ou de incapacidade de um sistema lidar com as adversidades.

Em nossa abordagem, consideramos a Cidade Sustentável aquela capaz de responder às adversidades, reduzir a desigualdade social, promover um ambiente seguro, mais adensado e com outros estilos de vida e a construir pactos para enfrentar os desafios.

Na busca por uma sustentabilidade urbana, diversos organismos governamentais e não governamentais se apoiaram em índices como uma forma de entender, classificar e garantir uma boa cidade de se viver. Para tanto, indicadores foram construídos para mensurar, avaliar, no sentido de orientar as políticas públicas para o alcance de uma cidade sustentável.

## A CIDADE PREMIADA

Sorocaba, na década de 2010, foi proclamada, por meio do discurso oficial, como a cidade que promoveu a modernização da gestão pública em benefício da população, que ficou em 1º lugar no Ranking Nacional de Transparência Pública, também como cidade empreendedora, por meio do Índice das Cidades Empreendedoras, do Instituto Empreender Endeavor.

E, mais recentemente, Sorocaba foi premiada em 1º lugar como cidade sustentável do Brasil, no Programa Cidades Sustentáveis -PCS, em 2014, e em 1º lugar no Estado de São Paulo no Programa do Município VerdeAzul - PMVA, em 2013. Essas duas premiações e os dois programas serão contemplados em nosso estudo.

O painel acima descrito, à primeira vista, leva a crer que os programas governamentais contribuíram para a construção de uma cidade com qualidade de vida. Nossa pesquisa investigou, portanto, a partir de uma cidade brasileira, se essas premiações correspondem, de fato, a melhorias no ambiente urbano e, mais especificamente, no âmbito dos moradores que vivem nesse ambiente.

## A CIDADE E SEUS INDICADORES

Melhorar a qualidade de vida das cidades tem mobilizado gestores do mundo todo a pensar projetos inovadores que visem reduzir os impactos do caos urbano e proporcionar melhores condições socioambientais. Organismos nacionais e internacionais anunciam indicadores visando medir a sustentabilidade das cidades. Destacamos dois programas que distinguiram o município de Sorocaba frente aos demais municípios: o Programa Cidades Sustentáveis e o Programa Município VerdeAzul.

Esses Programas oferecem aos gestores municipais uma pauta com um conjunto de indicadores e metas, com as quais se pretende nortear o desenvolvimento das ações, para que o município seja certificado como “Município Verde” e “Cidade Sustentável”. Enquanto o Programa Município VerdeAzul se reporta às questões ambientais, o Programa Cidade Sustentável contém as dimensões de âmbito social, ambiental, cultural e político.

O PMVA conta com dez Diretivas constituídas pelos seguintes temas: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental. E, a cada ano, novas diretrizes e estratégias são acrescentadas às diretivas compostas do Projeto.

O Projeto Estratégico Município Verde, lançado em 2007, pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com o objetivo de descentralizar a gestão ambiental e pautar a agenda municipal.

Assim, os esforços se voltaram para o cumprimento das Diretivas. E, para coordenar esse Programa, foi necessária a presença de um Interlocutor, representante

da Prefeitura Municipal, signatária do Programa Município VerdeAzul, indicado pelo Prefeito e responsável pelo fornecimento das informações constantes no Plano de Ação.

Para receber a certificação do “Município VerdeAzul”, o município deve executar as ações e comprová-las, conforme orientação do Programa, e obter nota superior a oitenta pontos. Ao final, o município recebe o Certificado Município VerdeAzul, emitido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que atesta o cumprimento das dez Diretivas Ambientais estabelecidas.

O Plano de Ação contém as informações a serem apresentadas pelo interlocutor do município, que declara as ações planejadas e executadas pelo Município no cumprimento das Diretivas. Esse documento é composto por Diagnóstico, Plano de Metas, Arquivos e Relatório de Gestão Ambiental – RGA<sup>2</sup> – informações que devem ser enviadas por meio digital, com documentos comprobatórios, tais como, leis, decretos, atas, fotos, certificados, entre outros.

O Programa Cidades Sustentáveis tem como objetivo sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para o desenvolvimento ambientalmente sustentável. Para tanto, oferece aos gestores públicos um conjunto de indicadores. Trata-se de uma Plataforma com uma agenda para a sustentabilidade das cidades, que aborda as diferentes áreas da gestão pública e incorpora, de maneira integrada, as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural. Cada cidade participante do Programa Cidade Sustentável terá que realizar uma adesão ao Programa. Para os signatários da carta-compromisso, foi desenvolvido um sistema para o preenchimento do relatório dos 100 indicadores básicos.

O Programa Cidades Sustentáveis conta com doze eixos: (1) Bens Naturais; (2) Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz; (3) Gestão local para Sustentabilidade; (4) Planejamento e Desenho Urbano; (5) Cultura para a Sustentabilidade; (6) Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida; (7) Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável; (8) Consumo Sustentável e Opção de Estilo de Vida; (9) Melhor Mobilidade e Menos Tráfego; (10) Ação Local para a Saúde; (11) Do Local para o Global; (12) Governança.

---

<sup>2</sup> Relatório de Gestão Ambiental - RGA: consiste na síntese do Plano de Metas proposto.

## A HISTÓRIA

Sorocaba, eixo econômico entre as regiões Norte, Nordeste e Sul, tornou-se um marco obrigatório para os tropeiros<sup>3</sup> no século XVIII, por volta de 1750, devido a sua posição estratégica. Com o fluxo de tropeiros, desenvolveu-se, no povoado, a Feira de Muares, onde brasileiros de todos os Estados reuniam-se para comercializar animais. A Feira de Muares, principal fonte de impostos arrecadados na Província de São Paulo, durava de dois a três meses por ano e incrementava a economia local.

A feira de animais, o comércio e as paradas de tropas alteraram a paisagem produzida pelo troperismo. Os deslocamentos dos animais abriu passagem para a instação de novas ruas e para o desenvolvimento de novas atividades urbanas. Com o declínio da atividade e, conseqüentemente, o fim das feiras, em 1880, iniciou-se, na região, o cultivo do café, que anunciava um novo ciclo econômico. A presença crescente das lavouras e o aumento da produção passaram a exigir um deslocamento mais ágil, já que o comércio se expandia para mercados cada vez mais distantes. Esse fato mobilizou os fazendeiros de café a investirem na construção de ferrovias no Estado de São Paulo. Assim, em 1875, foi inaugurada a Estrada de Ferro Sorocabana (EFS).<sup>4</sup>

A malha viária que se desenvolveu por conta dos muares que transportava as mercadorias produzidas em Sorocaba. A linha férrea e a estação ferroviária foram grandes indutoras do crescimento da região, pois, perto delas, assentaram-se fábricas de tecidos e, conseqüentemente, foram construídas as vilas operárias, a norte e noroeste, em direção a São Paulo. Já em 1909, o desenvolvimento se deu do outro lado da linha férrea e do rio Sorocaba e, a partir de 1930, novas fábricas de indústria têxtil foram construídas em Sorocaba.

A primeira mancha urbana se desenvolveu ao redor da Estação Ferroviária, ou melhor, ao longo da linha férrea, no sentido leste-oeste. Três elementos físicos foram condicionantes para a configuração espacial da cidade: o rio Sorocaba, que corta a cidade norte-sul; a Rodovia Raposo Tavares, que corta a cidade no extremo sul, no sentido leste-oeste; e a linha férrea, que corta o centro da cidade no sentido leste-oeste.

---

<sup>3</sup> Tropeiro é aquele que conduz as tropas de muares, cavalos, entre as regiões de produção e os centros consumidores. Antes das estradas de ferro, o comércio de mercadoria era realizado pelos tropeiros.

<sup>4</sup> Atualmente o prédio abriga o Museu Ferroviário de Sorocaba, inaugurado em novembro de 1997 para preservar a história da antiga Estrada de Ferro Sorocabana (EFS).



As indústrias acompanharam as principais rodovias e também as vias que interligam essas rodovias. A cidade cresceu muito a partir da desconcentração industrial de São Paulo, na década de 1970. Isso a consolidou como polo industrial do Estado, e atualmente Sorocaba é um dos polos de desenvolvimento econômico do Estado e um dos pontos atrativos da região.



Foto 1 - Rio Sorocaba e Av. Dom Aguirre. Fonte. Acervo da Secretaria de comunicação, 2010

Sorocaba conta com 98,9% de residentes na área urbana (IBGE, Censo Demográfico, 2010) e com uma população de 586.625 (IBGE, 2010). Localiza-se na região sudoeste do Estado de São Paulo, distante aproximadamente 95 quilômetros da capital, com uma área territorial de 449 Km<sup>2</sup>, cujos limites são: ao norte, com a cidade de Porto Feliz; ao sul, com Votorantim; ao leste, com Mairinque; a nordeste, com Itu; a oeste, com Araçoiaba da Serra; a sudoeste, com Salto de Pirapora, e a noroeste, com Iperó.

Já na década de 1980, a expansão das indústrias de Sorocaba foi superior à média estadual. A dinâmica da economia nacional, na primeira metade do século XX, deve-se à indústria voltada para produção de capital e de consumo. A indústria têxtil já vinha

decaindo, quando, na década de 1990, a região passou a ser caracterizada por uma industrialização diversificada, com a presença de indústria de máquinas, siderurgia e metalurgia pesada, indústria automobilística, de autopeças, de equipamentos agrícolas, químicas, petroquímicas, indústrias farmacêuticas, de papel e celulose, de produção de cimento, de energia eólica, de eletrônica, de ferramentas, de telecomunicações, entre outras.

Não se pode deixar de registrar que esses movimentos impactaram o ambiente da cidade. Sorocaba tem sido palco de grandes processos de transformações por conta da urbanização responsável, também, por alterar a cobertura vegetal da cidade e provocar devastação da Mata Atlântica e do Cerrado. Alinhada com o desenvolvimento, Sorocaba contou com aberturas de estradas e, conseqüentemente, com a supressão de vegetação nativa.

## METODOLOGIA

Portanto, o objetivo geral é investigar, dentro de um quadro de condições sustentáveis possíveis, se as premiações refletem a realidade local e, em caso afirmativo, como isso acontece. Investigo, ainda, a relação entre os indicadores contemplados pelos Programas que elegeram Sorocaba como uma das melhores cidades onde viver e a percepção da população a respeito deles. Além disso, investigo os desejos da população no que se refere à promoção de uma cidade sustentável.

Destaca-se que o referencial teórico deste trabalho está organizado segundo os conceitos e questões-chave da pesquisa. Com relação à produção do espaço, dentre as abordagens da geografia humana, destaca-se David Harvey (2006, 2014), que considera a produção do espaço como parte da dinâmica da acumulação do capital, buscando compreender a cidade e suas relações.

Henri Lefebvre (1996, 2001), é a referência para a compreensão dos processos e das contradições sociais no espaço, em especial os estudos centrados na ideia de reprodução das relações sociais de produção, que veem o espaço como produto das relações humanas e a cidade como condição da reprodução do capital e produto das relações sociais.

Para o entendimento dos resultados das Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida e seus indicadores, apoio-me principalmente em Selene Herculano (2006). Para a discussão do conceito de sustentabilidade e justiça ambiental, a principal referência é Henri Acselrad (2001-2004), com seus estudos sobre a relação entre sustentabilidade e desenvolvimento das cidades. Para a discussão dos conceitos de cidade justa e de justiça espacial, utilizei diversas referências, tais como: Peter Goeffrey Hall (1995), Jane Jacobs (2011), Sachs (2004) e Leonardo Benevolo (2015).

Também como fonte teórica, recorri a teses, dissertações e acervos sobre Grupos de Pesquisa, dentre outros materiais que contribuíram para a compreensão teórico-conceitual sobre indicadores, Município VerdeAzul e Cidades Sustentáveis.

A pesquisa documental empreendida utilizou-se de fontes primárias: além de documentos disponibilizados nos sítios do governo federal, estadual e das prefeituras, recorri a planos municipais, anuários, relatórios de prestação de contas, notas jornalísticas, notícias veiculadas na mídia. Depois disso, também foi realizada uma pesquisa exploratória sobre os indicadores dos Programas que elegeram a cidade de Sorocaba como uma das melhores do Brasil. Para incrementar a base empírica, foram empregadas entrevistas semiabertas e questionários on-line (ferramenta virtual do Google Drive). Foram realizadas entrevistas com os seguintes representantes do governo municipal

O segundo formato – questionário on-line – foi utilizado para colher a visão da população sorocabana acerca das premiações. Os questionários foram enviados por meio de instituições, tais como universidades, sindicatos e outros grupos sociais.

Procurou-se identificar a percepção dos moradores sobre as premiações, assim como discriminar, de acordo com as zonas de moradias da cidade, como se deu, espacialmente, essa percepção

Minha hipótese é que a elevação da cidade de Sorocaba à categoria de cidade sustentável não expressa o que população local entende por sustentabilidade. Assim, procuro desvendar quais elementos não foram considerados de acordo com a perspectiva das pessoas que vivenciam a cidade. Parece ficar clara a existência de um descompasso entre aquilo que a população considera e as premiações

## CONTANDO SOBRE RESULTADOS

A noção de sustentabilidade nos conduziu para o entendimento da discussão em torno da construção de indicadores, importante para orientar as decisões acerca das áreas em que se deve investir e, também, para definir políticas públicas e intervenções. No entanto, entender a base conceitual dos indicadores não é suficiente para garantir sua adequação à realidade. Assim, algumas indagações decorrentes de nossa pesquisa nos fizeram perceber que alguns indicadores mostram muitas informações, muitos números que, apesar de comporem um vasto banco de dados, não oferecem muito além disso. Os dados têm pouco uso ou são, até mesmo, descartados. Perguntamo-nos, então, se isso não seria um sinal de que os indicadores não retratam os anseios do grupo diretamente relacionado com ao objeto da pesquisa.

Um indicador não é somente um dado, ele representa um valor num tempo específico, um atributo, que pode incluir qualidade, quantidade e pode apontar uma determinada condição. Nesse sentido, decidimos investigar, em uma cidade real, o sentido da noção de sustentabilidade a partir da vivência. Buscamos, portanto, responder o que é necessário para se ter uma Sorocaba sustentável.

Escolhemos Sorocaba por ser uma cidade que vem sendo premiada em diversas categorias. A partir deste momento, visitaremos Sorocaba no sentido de conhecer como o sorocabano vê as ausências e presenças de atributos importantes que compõem o cotidiano da cidade. Para tanto, serão apresentados os indicadores e índices dos dois Programas. Ao analisar as informações obtidas, tanto do PMVA quanto do PCS, buscou-se um diálogo comparativo, no qual as informações levantadas e as entrevistas realizadas durante a pesquisa fossem contrapostas. Isso nos permitiu identificar uma série de contrastes entre o que os indicadores, de forma descontextualizada, pareciam indicar e a maneira efetiva como a população vivenciava a realidade que esses indicadores tentavam traduzir. Buscamos ter uma leitura mais próxima dos encontros e desencontros no espaço das pessoas que vivem na cidade.

O questionário contém perguntas constituídas por aspectos dicotômicos e também perguntas abertas, que buscam compreender que elementos urbanos integram uma Sorocaba Sustentável, na visão dos sorocabanos. Procuramos ouvir deles, num primeiro momento, se tiveram informações sobre os dois programas e se concordam com as premiações. Perguntamos quais eram os atributos que consideravam sustentáveis ou insustentáveis na cidade e o que era uma Sorocaba sustentável para a população sorocabana. Nossa primeira intenção foi averiguar se a população obteve a informação de que Sorocaba tinha sido premiada em 1º lugar no Município VerdeAzul (2013) e em 1º lugar no Programa Cidade Sustentável (2014). Com 61%, as pessoas desconheciam a premiação do PMVR e 63% no que se refere ao PCS.

Investigamos, também, os motivos que levaram as pessoas a concordarem com as premiações. Primeiramente, a pergunta foi: “Você concorda com estas premiações atribuídas a Sorocaba, como Cidade Sustentável e Cidade Verde?” Essa pergunta foi contemplada com 53,1% que não concordaram com as premiações e 46,9 que concordaram.

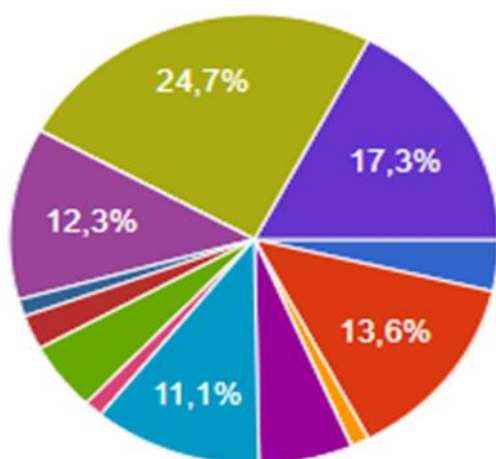
Com o intuito de circunscrever os problemas abordados pelos sorocabanos às áreas em que eles moram e, assim, compreender como se articulam os aspectos mencionados nos indicadores e a vivência da população de acordo com as regiões da cidade, levantaram-se as seguintes informações:

Nota-se que, nos discursos dos moradores de Sorocaba, há uma diferença entre as questões apresentadas como relevantes para cada uma das regiões. A Zona Norte, por exemplo, expressa com força a ineficiência do atendimento do transporte público e da saúde e a necessidade de tornar mais presentes programas ambientais. Na área



central, a coleta seletiva, os centros culturais e a segurança são os temas apontados. A Zona Leste, placo do embate relativo às Zonas de Chácaras, entende que o Plano Diretor não deve atender a outros interesses. Na Zona Sul, os moradores enfatizam que, para que cidade tenha o seu desenvolvimento, são importantes campanhas para mudança cultural, pois as pessoas precisam ter mais consciência em relação ao meio ambiente.

Em nossa próxima pergunta, buscamos conhecer quais indicadores a população considerava relevante para a premiação da cidade. Assim, a pergunta feita foi a seguinte: “Vários indicadores foram considerados para que Sorocaba recebesse os prêmios de Cidade Sustentável e Município VerdeAzul. O que mais contribuiu na época?



- |  |  |
|--|--|
| ● Participação popular nos programa...   | ● Promoção da cultura: Acervo, atividades e espaços culturais.             |
| ● Proteção da Biodiversidade, qualid...  | ● Economia local dinâmica, criativa e sustentável (geração de emprego e... |
| ● Segurança Pública satisfatória.        | ● Mobilidade urbana com redução do uso do carro e ampliação do transp...   |
| ● Promoção para a igualdade social/...   | ● Programas locais sobre desastres a...                                    |
| ● Gestão local eficiente - Transparên... | ● Arborização urbana e áreas verdes.                                       |
| ● Programa de redução de consumo,...     | ● Qualidade e gestão das águas.  |
| ● Promoção da Saúde e bem estar d...     |  |
| ● Educação de qualidade.                 |  |

Gráfico 1. Indicadores considerados para a premiação de Sorocaba. Elaborado por Leticia Barroso. Setembro/2017

É a Arborização Urbana a dimensão que ocupa o maior espaço de contribuição para a premiação (24%), seguida da Gestão das Águas, que inclui a despoluição do rio Sorocaba (17.3%). Segundo nossa análise, esses dados revelam que o olhar do sorocabano volta-se à dimensão ambiental, ao verde, como um indicador importante para a cidade sustentável.

Para nossa proposta investigativa, era necessário, também, conhecer os temas considerados insustentáveis pelos participantes da pesquisa. Para isso, listamos os itens apontados nos índices que visam medir a sustentabilidade de uma cidade, conforme apresentado na parte teórica desta tese. Os itens listados e as pontuações obtidas foram os seguintes:

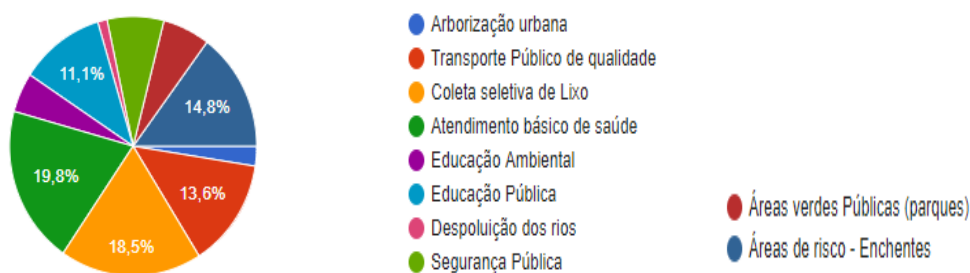


Gráfico 2. Temas insustentáveis em Sorocaba. Elaborado pela autora. Leticia Barroso. out/2017

A insustentabilidade se revela por meio da incapacidade de se ter um bom atendimento à saúde (19,8%); a deficiência na gestão do lixo (18,5%) e a existência de áreas de risco e enchentes na cidade (14,8%). Seria uma cidade que não tem bons serviços no atendimento à saúde e de gestão do lixo e sem a preocupação com ações voltadas para prevenção dos desastres ambientais. Isso significa que deverá ser incorporado ao planejamento urbano o conhecimento das vulnerabilidades e dos riscos, a fim de se propor medidas de mitigação e adaptação que aumentem a resiliência urbana em Sorocaba, pois a cidade convive com enchentes, inundações e deslizamentos.

Investigamos os desejos das pessoas, pois, conforme Lefebvre (1991) a cidade não é algo dado, estagnado. A cidade é dinâmica, com as suas mais variadas nuances, é o lugar onde se reproduzem as relações sociais de produção que tem resultado num espaço fragmentado, sem lugares de encontros que oportunizam a ocorrência de trocas.

Seguem os temas que foram mencionados nas entrevistas não induzidas e de livre escolha no que se refere a uma Sorocaba sustentável. Os temas foram elencados na última pergunta do questionário, como relevantes para uma Sorocaba melhor. A tabela abaixo dá visibilidade a todos os temas citados.

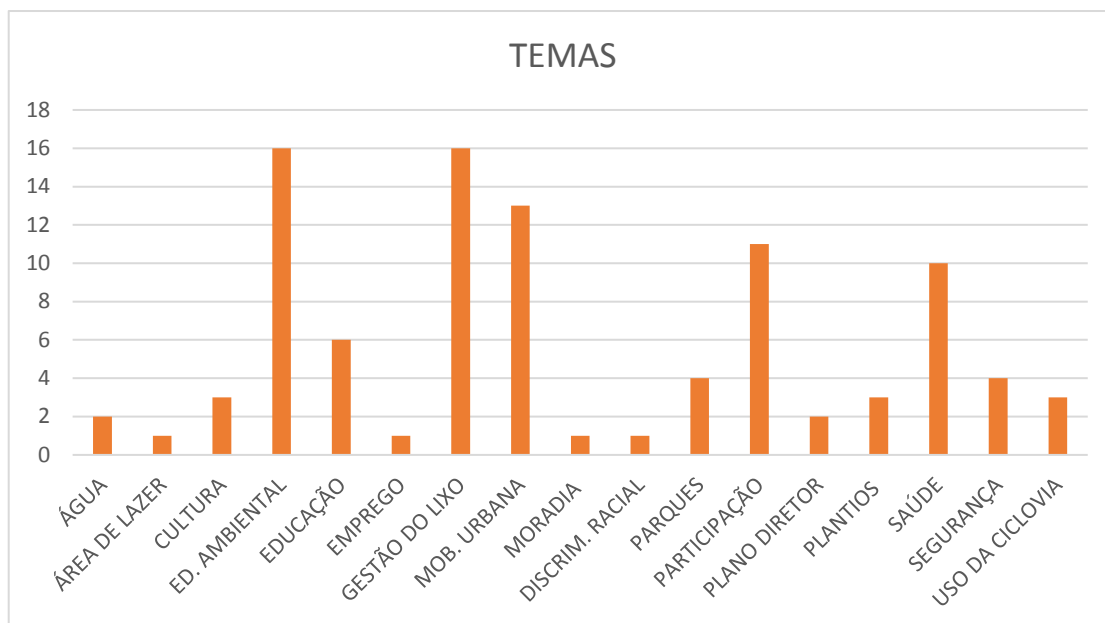


Gráfico 3. Temas apresentados pelos sorocabanos na pesquisa “O que deve ser feito para a cidade fique ainda melhor para se viver”. Elaborado por Leticia Barroso. Nov./2017

E, para ajudar nossa análise, elaboramos uma outra tabela unindo as questões temáticas expressas pelo sorocabano. A primeira coluna reúne as respostas das perguntas sobre os temas importantes para se obter a premiação, já a segunda reúne os temas considerados insustentáveis. E, a última, os desejos da população, obtidos ao responderem à questão: “O que deve ser feito para que a cidade fique ainda melhor para viver?” O Quadro abaixo mostra os temas de acordo com as respostas das três últimas perguntas para nossa melhor compreensão.

<b>N</b>	<b>Vários indicadores foram considerados para que Sorocaba recebesse os prêmios de Cidade Sustentável e Município VerdeAzul. O que mais contribuiu na época?</b>	<b>Dentre os temas abaixo, qual você considera o mais insustentável atualmente em Sorocaba</b>	<b>O que deve ser feito para que a cidade fique ainda melhor para viver?</b>
<b>1</b>	ARBORIZAÇÃO	ATENDIMENTO À SAÚDE	COLETA SELETIVA
<b>2</b>	QUALIDADE E GESTÃO DAS ÁGUAS	COLETA SELETIVA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
<b>3</b>	BIODIVERSIDADE/PARQUES/ÁREAS VERDES	ÁREAS DE RISCO	MOBILIDADE URBANA
<b>4</b>	MOBILIDADE URBANA	TRANSPORTE PÚBLICO	PARTICIPAÇÃO
<b>5</b>	CONSUMO/GESTÃO DO LIXO	EDUCAÇÃO	ATENDIMENTO A SAÚDE



6	GESTÃO LOCAL EFICIENTE	SEGURANÇA PÚBLICA	EDUCAÇÃO
7	EDUCAÇÃO	ÁREAS VERDES	SEGURANÇA
8	PARTICIPAÇÃO	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	INVESTIMENTO EM CULTURA
9	PROMOÇÃO DA CULTURA	DESPOLUIÇÃO DOS RIOS	PARQUES
10	PROMOÇÃO DA SAÚDE	ARBORIZAÇÃO URBANA	CICLOVIA
11	SEGURANÇA PÚBLICA		AREA DE LAZER
12	ECONOMIA LOCAL		ARBORIZAÇÃO URBANA

Quadro 1. Organização das respostas: Quadro comparativo das respostas do questionário virtual elaborado pela autora. Leticia Barroso. 10/09/2017

Ao analisar o quadro acima identificamos que, na perspectiva da população, os atributos que concorreram para elevar a cidade como uma das melhores do Brasil e do Estado de São Paulo se voltam para o verde, quando se referem à Arborização e à Biodiversidade, considerados os atributos mais importantes, aliados ao tema gestão das águas e à proteção da biodiversidade. O olhar para o verde, além da beleza que compõe a paisagem, permite ao homem um aconchego, uma proximidade com a natureza e inclui também a função de conforto, como a sombra. Santos (2006) discorre sobre a ruptura entre o homem e a natureza. Um dos alertas mais intensos é sobre o distanciamento do homem do seu redor e a alteração dos sistemas de natureza sucessivos que constitui o homem. Um dos instrumentos para tal fato é a presença da mídia no qual a natureza é artificializada. A natureza então passa a ser mecanizada.

## PENSANDO AÇÕES

A pesquisa online identificou que os munícipes entrevistados acreditam que a participação da sociedade é fundamental para o alcance da sustentabilidade de Sorocaba, pois é capaz de promover a construção de alianças locais e acesso à informação no que diz respeito ao destino da cidade ao conferir ao cidadão a possibilidade de construir-se como sujeito de direito.

A partir de uma sociedade mobilizada, é possível garantir a continuidade dos projetos e ações, até porque a cidade é dinâmica e repleta de mudanças. É também possível garantir que os projetos tenham uma vida atemporal em relação à gestão municipal, ou seja, que ultrapassem o período do governo em vigor e que se mantenham por serem, de fato, relevantes para a cidade. A participação inclui o controle sobre os recursos públicos. Acrescenta-se ainda que, ao estabelecer o envolvimento da população na condução da cidade, a participação possibilita, também, um vínculo maior entre as pessoas e, assim, a possibilidade de ampliar a solidariedade e a cooperação entre elas para se atingir objetivos comuns. Acompanhar os indicadores sociais, ambientais e econômicos poderá desencadear uma mobilização da sociedade para que os investimentos públicos se traduzam numa cidade mais justa.



A cidade é dinâmica e heterogênea e, por isso, os setores censitários podem não revelar o quadro real diante da fragmentação social, considerando que os dados são atualizados a cada dez anos.

## BUSCANDO A CAPILARIDADE

Nesse sentido, unir governo e a sociedade civil favorece que essas instâncias, juntas, conheçam o cenário ambiental, social, cultural, institucional, econômico e assim, de posse de informações, possam acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos indicadores e propor novos caminhos para garantir processos de continuidade da participação na construção de uma cidade justa e sustentável. Isso é importante até mesmo porque os indicadores, em sua maioria, são desenvolvidos para um único período de tempo.

Como chegar ao sorocabano e favorecer a integração de diversas instituições, organizações que estão sediadas e se movimentam na cidade? Iniciamos com uma contribuição metodológica visando envolver o sorocabano

Circunscrevemos o pensamento do sorocabano sobre a cidade a partir dos locais em que vivem. Apropriamo-nos da divisão por Zonas, num total de sete: Norte, Nordeste, Oeste, Leste, Sul, Sudeste e Sudoeste. Não se trata, aqui, de uma proposta destacada, mas de pensar alternativas para o desenvolvimento de uma cidade sustentável, com uma estrutura participativa diferenciada.

O primeiro passo seria mapear as organizações governamentais e não governamentais existentes nessas regiões. Isso significa que cada Núcleo Urbano seria constituído pelas respectivas organizações existentes nessas regiões. Identificadas as primeiras organizações, seus representantes se reuniriam com os gestores públicos, para o início de um processo para o monitoramento do desenvolvimento sustentável da cidade.

Para se constituir os Núcleos Urbanos – NU – seria preciso haver sensibilização por parte do Poder Público, junto aos gestores, de forma a mobilizar a população local. O passo seguinte seria a criação do Núcleo Gestor Urbano, constituído de representantes dos Núcleos Urbanos, cuja atribuição seria organizar e reunir as discussões setoriais. Isto posto, os Núcleos Urbanos se reuniriam trimestralmente, ou seja, em Reuniões de Integração para exposição das discussões setoriais, trocas de informações com os outros Núcleos, e tomadas de decisões para instaurar novos caminhos caso seja oportuno. Essas reuniões seriam, também, um espaço de interlocução entre os integrantes de cada Núcleo Urbano, Tais direcionamentos iniciais possibilitariam uma divisão por setores e poderiam ser modificados conforme o desenvolvimento do processo.

Buscando-se a capilaridade. Assim, em cada Zona, as organizações existentes e que atuam em diversas áreas seriam agrupadas, em uma forma de favorecer a diversidade de olhares a partir de diferentes dimensões. Indicaremos, a seguir, quais organizações poderiam compor o Núcleo Urbano. Isso significa que teríamos sete Núcleos Urbanos, constituídos de organizações governamentais e não-governamentais. Cada Núcleo deveria conhecer o cenário da cidade, debater, monitorar e desvendar ações capazes de contribuir para o bem-estar da cidade.

Diversas medidas poderiam colaborar para tornar a cidade mais sustentável. Instituições diversas poderiam ocupar o lugar social de disseminadoras de novas formas de ser e estar na cidade, ajudando as comunidades a repensar seu papel nos modos de vivenciar as cidades. Sabemos que muitas outras instituições poderiam ser agregadas no desenvolvimento de avaliação da cidade, a depender das necessidades sociais e históricas de cada comunidade.

As escolas, por exemplo, deveriam ser privilegiadas como espaços de interlocução fortíssimos, por abrangerem o universo educativo e poderem contribuir com toda a comunidade escolar. Alunos, famílias, moradores e trabalhadores do entorno e os próprios professores e funcionários poderiam se envolver e construir uma rede de informações.

Representantes da Associação de Moradores e lideranças comunitárias também seriam capazes de promover uma organização, visto que têm a capacidade de mobilizar as pessoas, por meio do conhecimento dos problemas do bairro, da cidade e da integração com outras diversas organizações locais

Agentes de Saúde, em específico as Agentes Comunitárias do Programa da Saúde de Família<sup>5</sup> são importantes por conviverem com os problemas locais e estarem muito próximas às famílias, mais especificamente nas casas das pessoas, o que possibilita dialogar e buscar informações sobre o local em que elas vivem.

As medidas também poderiam envolver outras instituições: Organização Cultural, pela importância da linguagem da arte no processo de envolver as pessoas; Igrejas e grupos de jovens, que podem contribuir com uma nova linguagem para entender a cidade; Sindicatos, pela importância de agregar pessoas envolvidas com a questão dos conflitos urbanos; Universidades, pela capacidade de contribuir com pesquisas e análises e pela possibilidade de traduzir os indicadores em uma linguagem

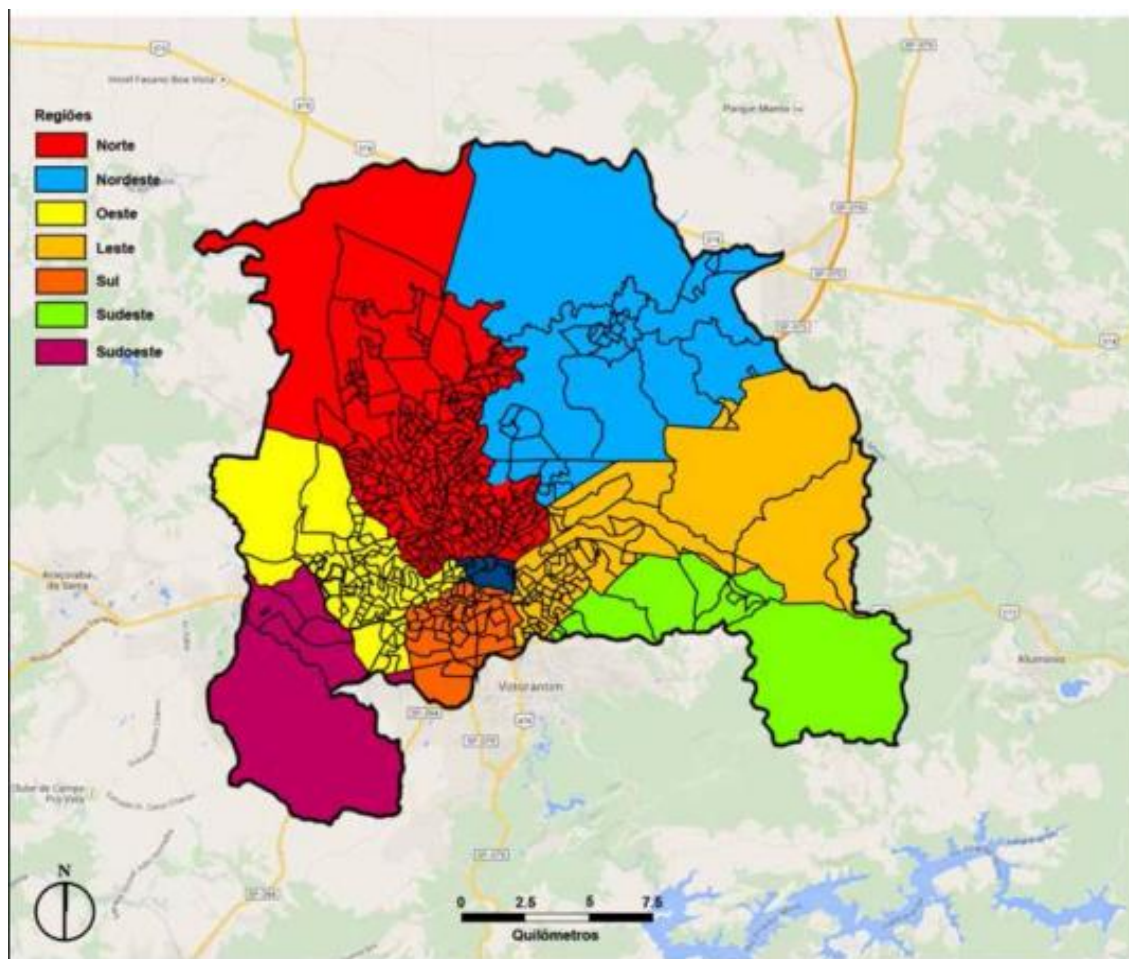
---

<sup>5</sup> O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 80 como uma iniciativa de algumas áreas do Brasil para buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades. São trabalhadores do Sistema Único de Saúde que atuam com a comunidade da área, do bairro, da cidade ou da região rural para facilitar o acesso da população à saúde e prevenir doenças. O ACS deve visitar regularmente residências e fazer registros da população, em relação a documentos básicos para o acesso aos serviços de saúde e em relação aos possíveis problemas de saúde identificados na residência. Assim, o ACS deve orientar pessoas em relação à sua saúde e encaminhá-las ao posto de saúde ou a outros locais de atendimento sempre que necessário.

acessível à população; Empresas Privadas; Associações de Serviços e Entidades Filantrópicas.

## ORGANIZANDO OS INDICADORES E OS TEMAS

Para embasar e discutir a caracterização apresentada, recorreu-se às experiências de grandes cidades brasileiras, e ao trabalho intitulado “índice de sustentabilidade urbana”, de Tânia Moreira Braga (2003), realizado na região do Vale do Aço (MG). De posse dessa informação, apoiamos-nos nos seguintes índices que podem colaborar para o planejamento local, composto por quatro temas: i) qualidade do sistema ambiental local; ii) qualidade de vida humana; iii) pressão antrópica; iv) capacidade política e institucional.



Mapa 1. Sorocaba e os setores. Fonte: PDA.

Os dados acima referem-se à população de 2010 (IBGE). Cada Núcleo constituído de representantes governamentais e não governamentais tomaria ciência de todos os dados da cidade. De cada Núcleo Urbano, representantes deveriam ser destacados para compor o Núcleo Gestor Urbano, que deverá ter a atribuição de integrar as proposições dos sete setores. Propõem-se reuniões trimestrais, que denominaremos como Reuniões de Integração, com o objetivo de expôr as discussões setoriais, trocar informações com os outros Núcleos. E, de modo complementar, duas Plenárias, semestrais, para os debates e encaminhamentos das definições.

No quadro a seguir, inserimos indicadores já adotados nos dois Programas – PMVA e PCS – aos índices de qualidade de vida humana, pressão antrópica e capacidade político-institucional. Mas, para compor a tabela, orientamo-nos pelos temas apresentados pelo sorocabano, ou seja, os considerados importantes para que a cidade fique ainda melhor. A partir desses temas, definimos sete agrupamentos temáticos – Saúde; Trânsito e Tráfego; Cobertura Vegetal, Saneamento Ambiental; Educação, Segurança e Participação – que compõem o índice Qualidade de Vida. Perseguindo a sustentabilidade e a importância da inclusão de todos, nosso primeiro olhar é para identificar o acesso, por parte de toda a população, aos serviços urbanos.

ÍNDICES TEMÁTICOS	INDICADORES	COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES
	<b>Condições de Vida</b>	Índice de Longevidade – IDH
		Índice de Educação – IDH
	<b>Saúde</b>	Mortalidade de aparelhos respiratórios
		Índice de Mortalidade Infantil
		Índice de Leitos hospitalares
		Índice de Mortalidade Materna
		Unidades Básicas de Saúde
		Pessoas infectadas por Dengue
		Doenças de Veiculação Hídrica
		Mortalidade do Aparelho Circulatório
		Desnutrição ao Nascer
	Baixo Peso ao Nascer	
		Índice de Atropelamentos



<b>Qualidade de vida</b>	<b>Trânsito e Tráfego</b>	Índice de Acidentes de Trânsito
		Índices de Mortos no Trânsito
		Índices de Mortes por Atropelamento
		Ônibus com Acessibilidade
		Ciclovias
		Corredores Exclusivos de Ônibus
	<b>Cobertura Vegetal</b>	Arborização Urbana
		Vegetação Mata Ciliar
		Reservas de Áreas Protegidas
		Área Verde por Habitante
		Área Desmatada
		Queimadas Urbanas
	<b>Saneamento Ambiental</b>	Educação Ambiental
		Índice de Abastecimento de Água
		Índice de Consumo de Água
		Índice de Qualidade da Água
		Índice de Esgoto Tratado
		Índice de Coleta de Lixo
		Índice de Coleta Seletiva
		Resíduos Depositados em Aterros
		Resíduos de Construção Civil
		Quantidade de Resíduos per Capita
	<b>Educação</b>	Índice de Reciclagem de Resíduo
		Inclusão de Catadores na Coleta Seletiva
		Demandas Atendidas nas Escolas
		Crianças e Jovens na Escola
		Demandas Atendidas no Ensino Médio
		Taxa de Analfabetismo
	<b>Segurança</b>	Demandas Atendidas de Creches
		Número de Equipamentos Culturais
		Educação Ambiental
		Furtos
	Adolescentes envolvidos em Atos Infracionais	
	Crimes Violentos Fatais	
	ONGs Ambientalistas/Sociais	



	<b>Participação política</b>	Plenária Cidadã
		Conselhos Municipais/Conselho Gestor
		Audiências Públicas
<b>Pressão Antrópica</b>	<b>Pressão Urbana</b>	Índice de Poluição Atmosférica
		Taxa de Crescimento Populacional
		Consumo de Eletricidade per capita
		Número de Veículos per capita
		Densidade Habitacional por cômodo
		Deslizamentos e Inundações
	<b>Pressão Industrial</b>	Intensidade Energética Industrial
		Endividamento Público
		Informatização
		Conselhos Municipais
Instrumentos de Gestão Urbana Pública		
	Aqui não era para ter uma divisão?	
	Compras Públicas Sustentáveis	

Tabela 1. Fonte: BRAGA, Tania Moreira. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. Tânia Moreira Braga. 2003. pg.12. Adaptado pela autora. Leticia Barroso. Out/2017.

A grande contribuição para a tabela acima é exatamente a inclusão dos temas mais intensamente mencionados nas entrevistas realizadas. Esses foram os temas apontados para se ter uma Sorocaba melhor de se viver. Somente a partir da seleção desses temas ocorre a proposição dos indicadores constantes nos dois Programas. Os indicadores abordados devem ser dispostos aos participantes no sentido de verificar se atendem ou não aos critérios em análise.

Finalizo propondo uma dimensão que considero de suma importância, que é a Felicidade, que trata da satisfação com os serviços públicos e com a cidade em que se vive e que, de certa forma, dialoga com os indicadores do Felicidade Interna Bruta – FIB. A Felicidade poderá ser creditada aos bons indicadores, àqueles que respondem à satisfação da população.

No entanto, perguntas que versam sobre o que é ser feliz em uma cidade e sobre o que é uma cidade feliz permitem uma série de respostas subjetivas. Mesmo assim, constatamos que há inúmeros modelos estatísticos desenvolvidos para analisar a qualidade de vida urbana, embora todos sejam exclusivamente voltados a indicadores

quantitativos. Por isso, cabe pensar no aperfeiçoamento do tema “Felicidade”, desmembrá-lo em novas necessidades e anseios humanos, para dar conta de sua aplicabilidade em termos reais.

Isso significa a possibilidade de construir indicadores que possam catalisar mudanças, novos hábitos e mobilizar as pessoas visando ao bem-estar coletivo e ao desenvolvimento sustentável, tendo como base a inovação e a construção de novos olhares e soluções, com vistas à satisfação por parte dos indivíduos. Aliás, vimos que o sorocabano quer mudança de hábitos.

Assim, novas formas de mensurar a vida na cidade podem se dar a partir do FIB, que possibilita um olhar diferente para as nove dimensões que nos rodeiam: bem-estar psicológico; saúde; uso do tempo; educação; diversidade cultural, resiliência; boa governança; vitalidade comunitária; diversidade ecológica; padrões de vida.

Iniciamos pela saúde, o tema considerado o mais insustentável, que deve ser questionado não como somente pela precariedade do atendimento, mas voltar para a existência de uma medicina preventiva. O FIB também mensura como é utilizado o tempo. Verifica, por exemplo, se o uso do tempo é gerido de maneira equilibrada: diariamente, em que as pessoas utilizam seu tempo? Quantas horas são dedicadas a trabalho, estudo, sono, lazer, família, religião? Dessa forma, pode-se observar se o tempo é utilizado para o alcance da satisfação ou muito mais para o trabalho, por exemplo. O tempo também se vincula à acessibilidade, à facilidade de ir e vir, pois a crise de mobilidade nem sempre permite descortinar outros espaços, espaços de felicidade. O FIB relaciona a participação com a vitalidade comunitária, pois ela, inserida em um processo, desperta valores como cooperação, solidariedade necessários para que as comunidades sejam equilibradas e felizes.

O pilar do FIB é a Educação, pois a partir dela os indivíduos têm a possibilidade de atingir e de exercer seu pleno potencial, tanto individual como coletivo. Aposta-se na arte, nos valores educacionais. Além disso, também é importante o respeito ao outro, saber lidar com a diferença. Ou seja, a diversidade cultural, sob o ponto de vista da ideologia do FIB, é fundamental para o bem-estar e o alcance da felicidade.

Vale ressaltar a importância, para o debate sobre felicidade, do respeito à natureza, de entender e lidar com a finitude dos recursos e, a partir disso, fazer advir novos hábitos. É necessário ter consciência das limitações e da perenidade da vida. O acesso às áreas verdes, parques e praças permite que o homem se torne responsável pelo espaço público e que se reconecte com espaços desarticulados, de modo a ressignificá-los e a criar conexões com a cidade.

Para além destes elementos que trazem satisfação, não é possível deixar de mensurar a renda familiar e individual, a segurança nas finanças e a qualidade habitacional.

O FIB nos obriga a perguntar qual a cidade que queremos ter e qual o tipo de vida que queremos ter. O FIB relaciona o otimismo de cada cidadão à sua forma de vida. Propõe, assim, análise de autoestima, de nível de stress e de espiritualidade. Resgatar a autoestima das pessoas é também resgatar o lugar em que se vive, a cidade.

Nesse processo, inclui não só o bem-estar da população, mas também a felicidade e as dimensões que se afinam a ela quando incorporadas no cotidiano das pessoas. É preciso dizer, também, que, diante das contradições urbanas, a emancipação do desejo é uma tarefa difícil e que pode levar a muitos anos de luta. Mas, como escreveu Bertolt Brecht:

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo: raiva e tenacidade, ciência e indignação, a iniciativa rápida, a reflexão longa, a paciência fria e a infinita perseverança, a compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto, apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade.( s/d, apud, HARVEY, 1996, p. 439)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, apenas recentemente a busca da sustentabilidade se apresentou como uma alternativa possível e necessária para alcançar o objetivo de construir uma cidade ideal. Compreendemos, portanto, a sustentabilidade como um método a partir do qual é possível pensar as cidades, não sob a forma de modelos, mas como uma forma de integrar diferentes aspectos relacionados à questão urbana e de associar o urbano e o ambiental.

Em nossa investigação a respeito da sustentabilidade, julgamos necessário agregar o conceito de resiliência, pois ele introduz uma nova abordagem para se lidar com a gestão das cidades ao torná-las menos vulneráveis a partir do desenvolvimento de capacidades adaptativas a eventos adversos e ameaças naturais.

Entendemos que pensar a cidade sustentável trata-se, sim, da construção de um novo olhar do espaço urbano, de um conjunto de práticas, instrumentos e mecanismos que possam garantir, de forma contínua e consciente, respostas aos desafios constantes e complexos, mediante a apropriação da cidade pelo conjunto da sociedade.

Em Sorocaba, por exemplo, em função da exigência do PMVA, foram realizadas as seguintes medidas: mapeamento das nascentes da cidade, Plano de Arborização Urbana, Plano da Mata Ciliar e outros Planos. Envolveu-se, nesse processo, o legislativo e o executivo para a elaboração e a aprovação de dispositivos legais na área ambiental,



permitindo uma atuação mais consistente do município. Houve plantios e revitalização de parques da cidade. Além disso, houve a integração as diversas secretarias municipais, com o esforço de atingir as metas estabelecidas.

Mas, atualmente, a cidade conta com elementos que contribuem para a pressão urbana. Um deles é a presença crescente de veículos, outro fator são os constantes deslizamentos e enchentes, além da taxa de crescimento geométrico, que é maior que a do Estado de São Paulo. Constata-se, portanto, que o ajuste de políticas ambientais no município de Sorocaba não atenuou outros problemas da cidade.

Mas o discurso alardeado pela gestão, alicerçada nas premiações recebidas, é de que a cidade é sustentável, visto se tratar de uma cidade verde. É como se apenas isso assegurasse o bem-estar social, já mostrou não ser verdade. Outra questão importante de ser ressaltada é que é ingênuo acreditar que as estatísticas possam revelar as contradições decorrentes da reprodução da sociedade no espaço.

Procedemos à investigação para compreender se de fato os moradores dessa cidade se apropriaram das referidas premiações e se sentiam-se contemplados pelas políticas públicas locais. A pergunta que nos norteou foi se estes prêmios refletiram, de alguma forma, no bem-estar, no cotidiano da população local.

Iniciamos, então, nossa análise de como os índices presentes nas premiações foram sentidos por alguns munícipes e se, de fato, a cidade era vista como sustentável para eles, assim como tinha sido para os Programas a que elas tinham sido vinculadas. Por meio de análise documental e de aplicação de questionários e entrevistas, pudemos traçar o intercruzamento dos discursos oficiais da cidade e dos discursos de moradores sobre a cidade. Buscamos esse caminho para compreender as disparidades entre os discursos e as diferentes nuances de entendimento acerca de uma mesma problemática quando os olhares dos sujeitos envolvidos partem de pontos divergentes.

Isto posto, retomo a hipótese principal da pesquisa, qual seja, a de que a cidade de Sorocaba, que foi elevada à categoria de cidade sustentável, por meio dos programas anteriormente citados, não dialoga com a população local e que, portanto, seria possível desvendar outros elementos que não haviam sido considerados pela óptica dos programas, mas que emergiriam a partir da perspectiva das pessoas que vivessem aquela cidade.

Tanto o PSC como o PMVA contaram com expressiva divulgação mediante a existência de um Ranking que oferece uma visibilidade inédita ao exibir o desempenho de bons indicadores dos municípios e suas pontuações. Por outro lado, identificamos que o fato de as cidades se encontrarem em boas posições do ranking não significa que estão dentro do desejado pela população e que o fato de se atingir as metas não resultou na eliminação dos conflitos urbanos.

Salientamos que, em relação ao PMVA e ao PCS, esses programas carecem de uma melhor conceituação, pois têm como foco somente os resultados e dados obtidos, e com relativa dificuldade de aferir, ou melhor, comprovar as informações obtidas pelos municípios.

Em nosso entender, os indicadores deveriam ser feitos de forma integrada, medindo as dimensões sociais e ambientais, que são constituintes do desenvolvimento sustentável. Apesar de ter havido aumento nos índices do IDH, não foi possível assegurar o aumento, também, da performance ambiental nos períodos seguintes. É importante destacar, então, que, apesar das premiações, a questão ambiental ainda não se constitui como uma prioridade dentro da agenda municipal.

Mais da metade da população desconhecia as premiações do município de Sorocaba, esse fato nos remeteu ao importante e fundamental elemento, que é a participação da população na construção de uma cidade sustentável.

Nisso residiu a importância de um recorte espacial ainda mais específico do que a abordagem generalista típica dos Programas analisados. Para nós, portanto, um dos destaques de nossa pesquisa foi exatamente a capacidade de transitar entre os dados oficiais da cidade – generalistas e, por isso mesmo, capazes de promover invisibilidades e apagamentos de questões de suma importância para a efetivação de uma cidade realmente sustentável – e os dados de cada uma das regiões da cidade – que, mais particularizados, permitiram um contraste que lançasse luz a pontos que alguns teimam em manter na sombra.

Por meio desses contrastes, por exemplo, notamos as diferenças de abordagem dada pelos moradores de cada uma das regiões aos indicadores de sustentabilidade. É a Arborização Urbana a dimensão que ocupa o maior espaço de contribuição para a premiação, seguido da gestão das águas, que inclui a despoluição do rio Sorocaba. Nossa análise é que essas dimensões revelam que o olhar do sorocabano volta-se para dimensão ambiental, ao verde, como um indicador importante para a cidade sustentável. A proteção dos recursos naturais e a biodiversidade são atribuídas a esse item.

A insustentabilidade se revela por meio da incapacidade de se ter um bom atendimento à saúde e por meio da deficiente gestão do lixo e da existência de áreas de risco e enchentes na cidade. Mesmo que o índice do Eixo Saúde do Programa Cidades Sustentáveis apresente bons índices, isso não se reflete em um bom atendimento no cotidiano do Sorocaba. Isso nos faz refletir que os bons índices ambientais não dialogam com o atendimento da saúde, que é considerado precário pelo sorocabano.

Observa-se, então, um descompasso entre o que se mede nos Programas e o desejo por parte da população. A Sorocaba sustentável requer uma cidade que funcione bem na prestação de serviços e que se organize como uma cidade resiliente. Anunciam

os moradores que a cidade tem que ser aquela que realize uma boa gestão da coleta de seletiva de lixo, uma boa mobilidade urbana, e uma cidade nutrida por processos educativos, a educação ambiental e que se estabeleça um processo participativo. Quando se é apontada a Educação Ambiental, aponta-se também as campanhas educativas com conteúdo para o consumo consciente e outras questões associadas ao cuidado com a cidade empurrando o sorocabano para a esteira da preocupação com o desperdício, com a finitude dos recursos naturais, o consumismo levando-o a compreensão da importância do processo participativo na construção do novo.

Uma cidade melhor para se viver deve propiciar um caminho que cultive novos valores, descortine novos hábitos para permearem o cotidiano e possibilite vivências que tornem clara a importância do coletivo. Nessa trilha, é possível caminhar para uma cidade sustentável, o que requer mudanças no estilo de vida, rompendo com a fragmentação e reforçando o coletivo. Este é um tema que aporta uma mudança cultural.

O Programa Cidades Sustentáveis tem inúmeros indicadores que precisam ser trazidos para a população. E, ao examinar os números registrados, é possível identificar as questões que merecem mais atenção, ou seja, mais cuidado na gestão municipal.

Foi por conta da qualidade, confiabilidade, transparência, divulgação dos dados fornecidos, dados preenchidos e quantidade de novos indicadores cadastrados, que Sorocaba foi eleita como Cidade Sustentável em 2014. Além destes documentos, também foi elaborado o Plano de Metas de Sorocaba.

Reconheci, nos discursos dos entrevistados, que muitos deles acreditam que a cultura é pensada somente sob a ótica de eventos e shows, há que rever a política cultural da cidade. Ouvi também que a insegurança está presente na cidade, o que obriga intervenções para maior controle das ruas. Nota-se também, a diversidade de problemas, de diferentes dimensões, abordada pelas lideranças entrevistadas. É preciso ouvir essas vozes diferentes.

No que se refere a Educação, nota-se ausência de dados oriundos da Secretaria de Educação do Município. Apesar da alta nota do IDEB, há questionamento por conta de se tratar de uma medida quantitativa, taxa de pontuação, com caráter cada vez um caráter competitivo e que não expressa a realidade brasileira.

Isso posto, por estas e por outras dimensões, é que nossa hipótese se confirma: uma “cidade sustentável” ou uma “cidade verde” não pode conviver com inseguranças no âmbito socioambiental, insegurança no atendimento à saúde, dificuldades de acessibilidade e outras dificuldades várias que impactam a vida do cidadão, que não consegue se apropriar do espaço público e viver de fato a cidade que o abriga.

Percebeu-se, portanto, que a cidade sustentável não ocorre no vazio, nos limites de muros, concretos e avenidas – nem mesmo quando eles são quebrados pelo verde alardeado em manifestações acrílicas daqueles que compram como verdade absoluta o discurso das “cidades verdes”. A cidade sustentável existe no entrelaçamento entre condições ambientais, econômicas, sociais e culturais nas quais os sujeitos se inserem.

Do nosso ponto de vista, é necessário que se estabeleça o exercício do diálogo entre os diferentes setores da sociedade, para pensar a cidade sustentável, tendo como ingrediente a colaboração, o comprometimento, e o monitoramento do desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, apropriamo-nos deste entendimento e assumimos neste trabalho a importância de se abrir para a descentralização espacial e de criar espaços de interlocução entre as diversas organizações governamentais e não governamentais, a necessidade de conhecer a evolução dos indicadores e não meramente a soma dos aspectos, até mesmo para se pensar a prioridade dos investimentos. É também possível garantir que os projetos tenham uma vida atemporal em relação à gestão municipal, ou seja, que ultrapassem o período do governo em vigor e que se mantenham por serem, de fato, relevantes para a cidade.

Para tanto, os Núcleos Urbanos - NU foram distribuídos em sete setores, os quais apropriaram-se de temas que foram mais intensamente mencionados pela população. Não se trata de um modelo fechado, uma vez que ele poderá ser modificado, ampliado e transformado conforme o desenvolvimento do processo. Além disso, há que se pensar em planos de comunicação entre os participantes e entre estes com a população, criando-se redes de informação e acesso a todos.

Logo, espero que a investigação tenha apontado para a importância de que o pensamento urbano deve ser não mais somente de uma pessoa ou de um grupo, mas um caminho a ser trilhado por muitos, por todos. Que, mesmo com tensões e interesses conflitantes, seja possível produzir valores e ideias. Isto posto, cria-se a possibilidade de entrar no campo do devir. O devir não é o caminho para se atingir uma forma específica de cidade, mas uma forma de encontrar projetos inovadores.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas públicas*, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. 238 p.

\_\_\_\_\_. LEROY, J. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático. Rio de Janeiro, n. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumara. 2004. 294 p.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110 p.

\_\_\_\_\_. *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2008.

BELLEN, H.M.Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2006. 256 p.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: Utopias e Realidades uma antologia*. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003. 350 p.

\_\_\_\_\_. *El Reino de lo Urbano y la Muerte de Ciudad - 1994*, in: Ramos, Á.M. (Ed.), *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*. ETSAB, UPC, Barcelona. 2004.

\_\_\_\_\_. *A regra e o modelo*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. 2ª Ed. Editora Perspectiva. São Paulo. 2010.

CORRÊA. R. Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989

DELEUZE, G. e GUATTARI, F., *Mil Platôs*. São Paulo, Editora 34, 2010

FARR, Douglas. 2013. *Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza*. Tradução de Alexandre Salvaterra. Ed. Bookman, Porto Alegre

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 12. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

GILDING, Paul. *A Grande Ruptura – Como a Crise vai acabar com o consumo e criar um novo mundo?* Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 349 p.

\_\_\_\_\_. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

HERCULANO, Selene. *Em busca da boa sociedade*. Niterói: EdUFF, 2006. 426 p.

\_\_\_\_\_. *Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil*. I Encontro da ANPPAS – Indaiatuba, São Paulo. 2002.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3ª ed. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2011.

LEFÈBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001. 146 p.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991. 216 p.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. 178 p.

LEITE, Carlos. *Cidades Sustentáveis, Cidade Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil Ltda, 2009.

ROGERS, Richard. *Cidades para um pequeno planeta*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

SECCHI, Bernard. *Primeira Lição do Urbanismo*. São Paulo. Editora Perspectiva SA, 2006

SOJA, Edward. *Geografia Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. RJ1993

UNISDR. *Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Guia para Gestores Públicos Locais*. Uma contribuição à Campanha Global 2010-2015 Construindo Cidades Resilientes – Minha Cidade está se preparando! Genebra, 2012.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa, Editorial Presença. 2001



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio